



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17039 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)
ISSN: 2595-7945
GT 05 - Estado e Política Educacional

O PAPEL DO LEGISLATIVO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO: A AGENDA DA EDUCAÇÃO NO SENADO BRASILEIRO (2015-2026)
Suziany de Oliveira Portéglio - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

O PAPEL DO LEGISLATIVO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO: A AGENDA DA EDUCAÇÃO NO SENADO BRASILEIRO (2015-2026)

Este resumo visa apresentar o projeto de pesquisa que tem como objetivo investigar a atuação legislativa do Senado Federal sobre a agenda de políticas educacionais brasileiras no período das 55ª à 57ª legislaturas. O recorte temporal da pesquisa se justifica por abranger governos com perspectivas políticas distintas quanto à forma de atuação do Estado, além de serem governos marcados por trajetórias ideológicas diferentes na configuração das coalizões.

Para Bedritchuk et al. (2019), a participação específica do Senado no cenário de produção legislativa e aprovação de agendas é um ponto importante a se analisar, pois esta passou a ser mais participativa, ampliando sua produção. Contudo, as análises sobre o Senado têm centralizado sua atenção no seu papel revisor. Analisar as demais funções faz-se necessário e urgente, visto que o Senado também é uma instância iniciadora de produção legislativa.

A pesquisa pretende investigar o desempenho legislativo do Senado, considerando a atuação dos partidos como variável central para as decisões (ARAÚJO, 2009). Sendo assim, o esforço analítico desta pesquisa é responder à seguinte questão: como atuaram os senadores sobre a agenda da educação entre os anos de 2015 e 2026?

O objetivo geral é analisar a atuação parlamentar dos senadores na agenda da educação nos anos de 2015 a 2026, considerando o papel das regras formais que

condicionam o processo decisório.

Objetivos Específicos

1. Discutir o papel do Senado na formulação das políticas educacionais.
2. Identificar se as preferências políticas e partidárias dos legisladores são fatores decisivos para a participação na agenda da educação.
3. Analisar a importância das regras decisórias e das coalizões na dinâmica legislativa.
4. Analisar o conteúdo das medidas legislativas para políticas educacionais apresentadas e iniciadas no Senado.

Hipóteses

H1: A atuação dos legisladores na agenda de políticas educacionais é proporcional às preferências políticas e partidárias dos atores nas arenas decisórias.

H2: A probabilidade de aprovação de projetos de lei relacionados à educação é maior quando há consenso dentro da coalizão governamental.

H3: O volume de proposições legislativas em educação é maior em períodos eleitorais.

A partir das análises empíricas, busca-se compreender o desempenho legislativo do Senado em políticas educacionais. O recorte temporal abrange quatro diferentes governos: o segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff (PT), o período de mandato de Michel Temer (PMDB), o mandato de Jair Bolsonaro (PL) e o mandato de Luiz Inácio Lula (PT).

A pesquisa será delimitada por temática, devido à quantidade de projetos legislativos que tramitam na arena. Será construído um banco de dados com informações da tramitação dos projetos de leis, coletadas no site do Senado Federal. A pesquisa englobará os projetos de origem do Executivo e da Câmara dos Deputados e aqueles que tiveram início no Senado. O conteúdo empírico utilizado na pesquisa compreenderá Projeto de Emenda à Constituição, Projeto de Lei e Projeto de Lei Complementar que seguem o rito bicameral e também permite observar a maior autonomia de uma casa em relação à outra.

Após a sistematização dos dados, as principais informações serão organizadas em uma base, classificando por: data de entrada do projeto, origem, partido proponente, ementa, tempo de tramitação e resultado. As propostas serão classificadas a partir das informações oferecidas nas ementas, utilizando análise do conteúdo apresentado para observar as questões predominantes. A priori, a técnica de codificação das temáticas será feita manualmente e, posteriormente, combinada com método automatizado para maior celeridade nos resultados.

Considerando que membros do mesmo partido possuem visões e ênfases diferentes, e que alguns temas são considerados mais importantes do que outros, variando no tempo e entre atores políticos (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2009). Portanto, por meio das classificações, será possível perceber a relação do Executivo, parlamentares e partidos na agenda da educação, e como esses atores se posicionam em termos de iniciativa legislativa voltada para o tema.

Em um processo legislativo descentralizado, propor iniciativas no âmbito do Legislativo não é algo altamente custoso. Portanto, espera-se que a atuação dos parlamentares propondo e contribuindo sobre a agenda da educação possa reafirmar um comportamento marcado pelas preferências dos legisladores em temáticas de cunho social (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2001; TOMIO; RICCI, 2010).

A partir do rastreamento dessas informações, busca-se compreender a relação dos atores políticos com a agenda da educação, a interação das casas na construção de políticas públicas voltadas para a temática, as estratégias construídas pelo governo para acelerar o processo legislativo de suas propostas de leis e o comportamento da coalizão nas propostas do governo.

Palavras-chave: Senado; Estudos Legislativos; Agenda Legislativa; Educação.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Paulo Magalhães. **O bicameralismo no Brasil: As bases institucionais e políticas do desempenho legislativo do Senado Federal (1989 – 2014)**. 2009. 278 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2009.

BEDRITCHUK, Rodrigo et al. **Novos padrões de produção legislativa e uma radiografia do Senado**. Senado Federal- ILB. Brasília-DF. 2019

FIGUEIREDO, Argelina C, LIMONGI, Fernando. **Poder de agenda e políticas substantivas**. In: Magna Inácio e Lucio Rennó (Org). *Legislativo Brasileiro em perspectiva comparada*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

TOMIO, Fabricio Ricardo de Limas; RICCI, Paolo. **O governo estadual na experiência política brasileira: Os desempenhos legislativos das assembleias estaduais**. *Rev. Soc. Política*, Curitiba, v. 21, n. 41, p. 193-217, 2012.